XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

A CRIANÇA E O (A) PROFESSOR (A) DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Juliana Alves Cordeiro – UEL juliana97cordeiro@gmail.com

Eixo 1: Educação e Infância

Resumo
Este texto objetiva desenvolver uma reflexão acerca da criança e do trabalho do (a) professor (a) na Educação Infantil à luz dos estudos realizados na disciplina de Saberes e Fazeres da Educação Infantil no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2018. A discussão se faz necessária, ao considerarmos os novos desafios apontados para a formação e ação docente no trabalho com a criança de 0 a 5 anos, principalmente, com as novas demandas advindas da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). A metodologia, de natureza qualitativa, é um estudo bibliográfico a partir dos autores como Brasil (1996, 1998, 2009, 2017), Ostetto (2000), Mello (2007), Saito e Oliveira (2018). Como resultado, o estudo, leitura e reflexões dos textos trabalhados em aula, apontam para práticas pedagógicas que muitas vezes, estão distantes do que deveria ser o trabalho educacional na Educação Infantil, pois exibem uma característica mecanizada, repetitiva, sem intencionalidade e sem criticidade. Conclui-se então, a importância de pensar a educação infantil como espaço educacional que compreenda a criança como sujeito histórico de direitos, capaz de aprender e atribuir sentido ao que sabe, e, que tem especificidades no seu desenvolvimento implicando em direcionamentos docentes voltados a uma prática pedagógica objetiva e intencional, que contribua efetivamente para a aprendizagem desse sujeito desde a mais tenra idade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Formação de Professores; Criança.

Introdução

A educação infantil, conforme o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), é a primeira etapa da Educação Básica, ofertada em espaço de educação formal como creches e pré-escolas e, destinada a crianças de 0 a 5 anos de idade. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Nesse sentido, tendo em vista as demais etapas educacionais, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, se estabelece como

início e processo para a formação integral da criança e, tem como responsabilidade ampliar o universo de conhecimentos, experiências e potencialidades desses sujeitos, por meio de propostas intencionais e diversificadas (SAITO; OLIVEIRA, 2018).

Em sintonia com os fundamentos legais, a educação infantil tem o compromisso de buscar a emancipação da criança em processo de desenvolvimento por meio da construção dos saberes, principalmente, por vivências envolvidas por práticas reflexivas que compreendam a criança como sujeito histórico e social, que tem direito de se apropriar dos conhecimentos construídos socialmente.

Nesse ambiente, o cuidar, educar e o brincar precisam estar sempre atrelados, o tempo deve ser trabalhado como espaço de aprender e, as práticas e atividades proporcionadas às crianças não pode limitar-se às ações reprodutivas, mas sim promotoras de um pensar crítico, criativo e inventivo entre crianças desde a mais tenra idade.

Essa necessidade é urgente, considerando que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo, portanto, “o início e o fundamento do processo educacional” que visa promover situações de socialização estruturada, por meio da relação entre educar e cuidar, que compreende o cuidado como algo indissociável do processo educativo (BRASIL, 2017, p. 36).

Para que os propósitos sejam concretizados, é necessário ter um ambiente físico adequado, práticas pedagógicas intencionais à luz de um conceito sobre infância enquanto sujeito histórico e ativo. E, além disso, entender a criança como um indivíduo que está inserido em uma determinada cultura e traz em sua vivência, conhecimentos prévios que devem ser potencializados pelo (a) professor (a) da infância comprometido (a) com a aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, o estudo teórico-metodológico durante as aulas apontam elementos sobre a importância de se pensar a educação infantil como espaço educacional que compreenda a criança como sujeito histórico de direitos e, que tem especificidades no seu desenvolvimento implicando em direcionamentos docentes voltados a uma prática pedagógica que contribua

efetivamente para a aprendizagem desse sujeito desde a mais tenra idade. Diante desta perspectiva, a justificativa coloca-se como a necessidade de refletir sobre tais apontamentos evidenciados acima, considerando os novos desafios pertinentes a formação e ação docente no trabalho com a criança de 0 a 5 anos, principalmente, com as novas demandas advindas da Base Nacional Comum Currícular (BRASIL, 2017).

A metodologia parte de um estudo bibliográfico a partir dos autores como Brasil (1996, 1998, 2009, 2017), Ostetto (2000), Mello (2007), Saito e Oliveira (2018). Em termos de estruturação, no primeiro momento a discussão corresponde a concepção de criança e, em seguida sobre a ação docente.

Este ensaio tem como objetivo desenvolver uma reflexão acerca da criança e do trabalho do (a) professor (a) na Educação Infantil à luz dos estudos realizados na disciplina de Saberes e Fazeres da Educação Infantil no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina no respectivo ano de 2018.

Metodologia

Partindo da abordagem histórico-cultural, a criança nasce em um mundo humano e social, e a partir do seu nascimento tem uma vida permeada pelas interações com os adultos ou sujeitos mais experientes, como é o caso de outra criança, o que permite aprender o que já foi construído pela humanidade. Assim, pode-se entender a criança como um indivíduo social e histórico, fruto do que ela vive, das relações sociais.

Nesse sentido, a criança por estar inserida em uma determinada cultura e pelas suas experiências vividas desde o seu nascimento, deve ser entendida no contexto da educação infantil, como sujeito que possui conhecimentos e que tem ação no processo de aprender e se desenvolver. Esse conhecimento prévio da criança, deve ser valorizado como ponto de partida para a efetivação do aprendizado da nova informação.

Desse modo, Saito e Oliveira (2018, p. 3) afirmam que:

> [...] há a necessidade de existir um compromisso docente de refletir e se respaldar pedagogicamente nas concepções críticas sobre o 'ser' criança, percebendo-a como sujeito desejante, ativo, cognoscente, pertencente a um grupo social e, portanto, um sujeito histórico. [...] perceber a criança como um sujeito que tem suas leituras de mundo, suas percepções de vida e que precisa ser mediada de forma coerente para que desenvolva uma formação emancipada e autorreflexiva.

A partir destas ideias é possível perceber que a criança aprende desde que nasce e, é capaz de estabelecer relações com o mundo em que está inserida, atribuindo sentido ao que sabe. Isso corrobora com Mello (2007, p. 91), que ao salientar sua perspectiva sobre a compreensão de criança, afirma a importância de estimular, assegurar vivências necessárias para o desenvolvimento da mesma.

> A compreensão de que a criança é capaz, desde que nasce, de estabelecer relações com o entorno e o entendimento de que o acesso rico e diversificado à cultura permite a reprodução das máximas qualidades humanas devem estimular o enriquecimento máximo das vivências propostas às crianças.

A criança como todo ser humano, é um sujeito que possui direitos e especificidades que devem ser respeitadas. Para que isso aconteça é fundamental que o (a) educador (a) conheça as características dessa criança e tenha uma prática intencional e planejada, a fim de garantir pelo ensino o desenvolvimento dos aspectos afetivos, emocionais e cognitivos da mesma, contribuindo assim para a construção da sua cidadania. Essa ação deve estar embasada nos seguintes princípios:

> • o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
> • o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
> • o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
> • a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

> • o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998, p.13).

Assim, com base nesses pressupostos, a criança deve ser percebida enquanto centro do planejamento curricular, um sujeito que tem leituras de mundo, possui direitos e que por meio das suas relações e experiências, aprende, questiona, constrói a sua identidade e brinca, produzindo assim cultura.

Resultados e Discussão

Ao refletir sobre as práticas pedagógicas é possível perceber que muitas vezes se encontra na Educação Infantil ações repetitivas, sem intencionalidade, mecanizadas e sem criticidade. Nesse sentido, “a rotina pedagógica, muitas vezes, é direcionada para uma ação marcada pela inflexão decisiva por modelos ideais e que, em sua maioria, não traduzem as necessidades potencializadoras para a aprendizagem e humanização das crianças” (SAITO; OLIVEIRA, 2018, p.5).

A concepção do (a) professor (a) sobre ensino, criança, infância, influencia diretamente em suas práticas, nesse sentido, com base nas afirmações escritas anteriormente, podemos pensar se a formação desses professores está sendo pautada em um processo crítico-reflexivo, se tem garantido conhecimento teórico suficiente de modo a influenciar em práticas humanizadoras e intencionais.

A respeito da formação docente, Saito e Oliveira (2018, p. 8) explicam que,

> Tal processo formativo precisa ser pensado à luz do projeto emancipatório, a fim de que potencialize ações didáticas intencionalmente claras em sintonia com os fundamentos e princípios para o trabalho na educação infantil, garantindo a compreensão crítica em relação ao sujeito criança, sua educação e suas especificidades.

Para que a ação docente contribua de maneira significativa no desenvolvimento da criança, cabe ao (à) professor (a) a “responsabilidade de se assumir um profissional fundamentado nas intenções claras e objetivas do ensino, com formação sólida e coerente com as necessidades da criança como sujeito em processo de formação e aprendizagem.” (SAITO; OLIVEIRA, 2018, p. 2)

Para tanto, atuar no espaço da Educação Infantil, implica ao (à) professor (a): apropriação de conhecimento teórico, uma prática reflexiva, compromisso com o ensino e a aprendizagem de nossas crianças, compreensão a respeito do desenvolvimento de crianças entre 0 e 5 anos, bem como as suas especificidades.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

> Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.(BRASIL, 2009, p.1).

Essa concepção de criança apontada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, deve nortear a prática do (da) educador (a) para que o mesmo tenha uma ação intencional, crítica que permita conduzir as crianças à emancipação. O objetivo dessas práticas deve sempre ter como base a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Esse trabalho intencional e de qualidade exige o ato de planejar.

O planejamento tem função importantíssima já que é ele quem orienta a ação pedagógica e evidencia a proposta do trabalho do docente. Nesse processo, o planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador o cotidiano do seu trabalho pedagógico (OSTETTO, 2000).

Diante disso, o pensamento do (da) professor (a) deve ser ressignificado pela reflexão e crítica, tendo o compromisso de voltar a sua ação a uma autorreflexão contínua, para que assim proporcione à criança experiências que contribuam em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Conclusões

Os estudos realizados na disciplina de Saberes e Fazeres da Educação Infantil no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2018, possibilitou a reflexão a respeito da criança e do trabalho do (a) professor (a) na Educação Infantil. Desse modo, considerando o que foi defendido ao longo do texto, é possível destacar que a Educação Infantil é um ambiente educativo que deve ser preparado para a criança, sujeito histórico, cultural, que tem suas leituras de mundo. Esta etapa da educação básica, tem como compromisso possibilitar a criança vivencias que amplie o conhecimento, o pensar crítico, experiências culturais, e estimule o desenvolvimento integral da mesma, trabalhando com o lúdico, com o conhecimento científico e respeitando o direito desses sujeitos.

Assim, a educação oferecida deve ser guiada pela concepção de que a criança é um indivíduo capaz de aprender e atribuir sentido ao que sabe. A criança deve ser vista como centro do planejamento curricular, um sujeito que por meio das suas relações e experiências conhece, questiona, constrói a sua identidade e brinca.

Dessa forma, acredito que o trabalho docente deve ter compromisso com a formação da criança, sendo guiado por ações objetivas e intencionais. Para isso, é indispensável uma formação competente e continuada para os educadores, formação esta que deve ser pautada em conhecimento teórico e que permita uma autocrítica e a crítica da realidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação**. Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. RESOLUÇÃO N. 5, de 17 DEZEMBRO DE 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>. Acesso em: 20/09/2019.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Básica. Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: fev. 2019.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Perspectiva**, Florianópolis , v. 25, n. 1, p. 83-104, jan./jun. 2007.

OSTETTO, L. E. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: Luciana Esmeralda Ostetto. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil.** Campinas: Papirus, 2000, v. 1, p. 175-200.

SAITO, Heloisa Toshie Iric; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan. Trabalho Docente na Educação Infantil: olhares reflexivos para a ação intencional e planejada do ensino. **Imagens da Educação**, v.8, n.1, p. 1-12, mar. 2018.